

Ano XVI n° 4858 – 13 de junho de 2014

Contraf-CUT debate bancarizar trabalhadores da Losango com HSBC

A Contraf-CUT, federações e sindicatos se reúnem com o HSBC na próxima segunda-feira (16/06), para uma rodada de negociação, na sede da Confederação, no centro de São Paulo. O banco inglês anunciou que vai apresentar uma proposta para a bancarização dos trabalhadores da Losango Promotora.

Segundo o funcionário do banco e secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira, a Losango é uma promotora de vendas, que desde dezembro de 2003 faz parte do grupo HSBC e conta com cerca de 1 mil trabalhadores em todo o país.



Lançada campanha pelo piso nacional dos vigilantes

Vigilantes de todo o país se reuniram na Câmara dos Deputados na última terça-feira (10/06), quando lançaram a campanha pelo Piso Nacional dos Vigilantes, durante a primeira audiência pública da Comissão Especial destinada a debater o Projeto de Lei 4238/12, que trata da reivindicação da categoria. Eles receberam o apoio dos bancários e de parlamentares que reconheceram a importância de dar início a esta discussão e se colocaram à disposição dos trabalhadores da segurança privada em mais esta luta.

A necessidade de uma ampla discussão foi defendida pelo relator do PL, deputado federal Nelson Pellegrino (PT-BA). O projeto é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e já conta com mais de 100 outros projetos abordando temas relacionados à remuneração dos vigilantes e à segurança privada.

Além disso, segundo a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), há equívocos que precisam ser corrigidos, como o conceito de remuneração de acordo com o risco de atividade. Segundo o PL, os salários podem variar entre R\$ 800, R\$ 900 e R\$ 1.100, dependendo da função desenvolvida pelo trabalhador.

STJ mandam BB corrigir poupança no Brasil todo

O Banco do Brasil no último dia 11/06, sofreu três votos contrários no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para corrigir, no Brasil inteiro, as cadernetas de poupança que vigoravam durante o Plano Verão, em janeiro de 1989. Em 2009 o BB foi condenado pela Justiça, de forma definitiva, a pagar diferenças a poupadores da época, em uma ação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). A instituição financeira discute agora, entretanto, quem exatamente poderá se beneficiar dessa decisão.



A Diretoria Jurídica do BB não quis informar qual o valor da causa. Estudo da consultoria LCA estimou, porém, que as perdas com o Plano Verão para os bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, seriam de R\$ 65,6 bilhões, se 100% dos correntistas com caderneta de poupança na época pleiteassem a devolução na Justiça. O Idec vem alegando que o valor nunca é requisitado por todos os correntistas.

Durante o julgamento na 2ª Seção do STJ, o relator do recurso do BB, ministro Luís Felipe Salomão, afirmou que a sentença da 12ª Vara Cível de Brasília, que determinou o pagamento dos expurgos inflacionários, vale para todos os correntistas que tinham caderneta de poupança no BB na época do Plano Verão, no país inteiro.